

Vasco Garcia, histórico do PSD

“De cedência em cedência por parte do PSD, era de esperar o sucedido”

A crise política regional despoletada pelo rompimento do acordo do deputado da Iniciativa Liberal com a coligação governamental gerou uma onda de descontentamento no interior de vários partidos.

No PS há muitos socialistas que esperam a apresentação de uma moção de censura, sonhando com a queda do Governo e o regresso ao poder.

No PSD há cada vez mais vozes descontentes com a estratégia do partido, cedendo ao protagonismo dos dois partidos mais pequenos da coligação.

Por agora, as vozes mais críticas vão-se manifestando nos bastidores e na sede do partido, mas depois destes últimos acontecimentos alguns históricos não temem vir publicamente dar a sua opinião.

É o caso do ex-deputado europeu e histórico do PSD, Vasco Garcia, antigo Reitor da Universidade dos Açores, que não tem dúvidas de que “já tínhamos sinais do que aí vinha, pelo que o arrastar da situação foi a única surpresa. De cedência em cedência por parte do PSD, era de esperar o sucedido”.

Questionado pelo Diário dos Açores se o Governo devia avançar com uma moção de confiança, Vasco Garcia é peremptório: “Uma moção de confiança seria solução, mas nem o Governo, nem a oposição socialista, estariam seguros do desfecho. O mesmo para uma moção de censura, que



“Uma moção de confiança seria solução”

a ser rejeitada, deixaria a oposição em má posição”.

O antigo eurodeputado e voz muito escutada no partido mostra-se preocupado com a situação política e, sobretudo com os desafios que aí vêm, especialmente no campo económico.

Sobre se deveria haver eleições anteci-

padadas, Vasco Garcia diz ao nosso jornal: “Acho que a situação continuará pastosa, satisfazendo todos, incluindo o eleitorado, maioritariamente preocupado com as contas a pagar. Nesta altura, eleições antecipadas teriam consequências altamente negativas para o que está em curso (SATA, fundos europeus, execução do Orçamen-

to). Nenhum partido, nem ninguém, quer ficar com o ónus desta culpa. Portanto, os deputados regionais estarão condenados a “fazer de conta”, pelo menos até ao próximo orçamento, lá para Outubro”.

O mesmo sentimento manifestou ao nosso jornal um outro militante histórico do PSD, que não pretende “por agora”, dar a cara, afirmando que “é tempo do PSD mostrar a sua pujança interna e impor-se a Artur Lima e Paulo Estêvão, que estão a degradar esta conquista histórica com os seus excessivos protagonismos”.

“Não acredito que, até às eleições, o PSD se deixe levar por este compromisso de concorrer coligado; o PSD tem que concorrer isolado, porque só assim conseguirá alcançar uma forte maioria que o dispense destas subserviências”, acrescenta.

No mesmo sentido vai um antigo fundador do PSD-Açores, António Viana, que numa carta aberta publicada ontem no Correio dos Açores, manifesta o seu descontentamento com a liderança do PSD, acusando o partido de estar “manietado pela coligação, que está a tornar-se um pesadelo para o PSD/A”.

E conclui: “Caro senhor Dr. José Manuel Bolieiro, sou um militante do PSD, sem qualquer interesse ou recompensa, que jamais aceitaria, hoje fico-me por aqui, triste com a governação à vista pela qual o meu partido é o primeiro responsável”.

PS e BE não puderam avançar “para já” com moção de censura

Tanto o PS e o Bloco de Esquerda não irão avançar “para já” com uma moção de censura no Parlamento regional, segundo fontes do Diário dos Açores.

Ambos os partidos, os únicos que podem apresentar moções de censura, irão reunir os seus aparelhos nos próximos dias, sendo que a intenção, por agora, “é não haver precipitações”.

Em declarações à rádio Observador, o deputado regional do Bloco António Lima esclareceu que, para já, a hipótese de avançar com uma moção de censura para fazer cair o Governo dos Açores “não está colocada”, embora o partido diga não poder “nem agora nem no futuro abdicar de nenhuma possibilidade ao dispor” e empurra a responsabilidade para o Executivo: “O Governo é que depende de apoios parlamentares, tem de decidir se as condições que tinha para governar se mantêm”.

José Manuel Bolieiro já anunciou que o Governo não apresentará uma moção de confiança.

O Chega aproveitou ontem uma declaração política do PSD sobre educação – onde considerou que têm vindo a ser dados passos



muitos bons com esta governação e onde a estabilidade “é uma palavra fundamental” – para voltar a falar de estabilidade no Governo.

José Pacheco diz-se preocupado quando ouve a palavra “lamaçal”, para caracterizar os últimos acontecimentos relativamente ao acordo de incidência parlamentar e a actuação do Governo, “mas irrita-me mais um pouco quando oiço o Chega associado à palavra lamaçal”, referiu.

Neste sentido, falou no “elefante enorme” no meio do hemiciclo depois da Iniciativa

Liberal ter declarado terminar o acordo de incidência parlamentar com o Governo.

“A esquerda fingiu que nada aconteceu e a direita igualmente” e desafiou a esquerda e o Governo a apresentarem moções - de censura e de confiança, respectivamente – “para se alcançar a estabilidade que o Chega defendeu ontem e continua a defender”.

“Se a esquerda acha que é um lamaçal, estão no vosso direito. Se é assim tão mau, que apresentem uma moção de censura. De que é que têm medo?”, questionou. Mas também lançou o repto ao Governo: “se não apresentarem, o Governo que apresente uma moção de confiança”.

Por sua vez, no rescaldo do rompimento do acordo de governação nos Açores, o deputado do PAN, Pedro Neves, considera as críticas apontadas pela Iniciativa Liberal “extremamente válidas”, mas critica o timing da decisão.

Ao jornal Expresso, Pedro Neves condena o “aproveitamento político” do partido na actual conjuntura, garante que não fará qualquer acordo com o Executivo açoriano, mas não abre o jogo sobre o seu posicionamento quanto a uma moção de censura.

“A posição terá que ser discutida obviamente com a Direcção regional do PAN. Não posso decidir sozinho. Se essa questão for eventualmente levantada, seremos céleres a ponderar o nosso sentido de voto”, garante Pedro Neves.

Entretanto, o deputado independente no parlamento açoriano justificou ter recusado no acordo de incidência parlamentar com o Governo Regional devido às “recorrentes ingerências dentro dos departamentos do Executivo”, às “incómodas nomeações” e ao “satisfazer de caprichos”.

Em comunicado, Carlos Furtado explica que “a decisão estava tomada” e que “a continuada aprovação de iniciativas avulsas na Assembleia Regional só para satisfazer caprichos de partidos que vendem caro a sua incidência parlamentar, é algo intolerável”.

Apesar da “desvinculação” do compromisso com os partidos do Governo, Furtado assegura que continuará “a ser o deputado responsável que os Açores merecem”, garantindo não estar “preso a cargos” e disponível para voltar à “vida anterior” se o representante da República impuser eleições antecipadas.